

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO	5
APRESENTAÇÃO	7
SIGLAS E ABREVIATURAS	9
ART. 1.º	
1.1. Novos tempos, novos direitos e novos processos	30
1.2. Sociedade de massa, demandas de massa, tutelas de massa	36
1.3. A LACP e a lógica dos processos coletivos	41
1.4. As novas relações de direito material e o processo coletivo	44
1.5. A morte dos contratos bilaterais e da simetria de informações: consequências para os processos coletivos	47
1.6. Alguns dos desafios da LACP: contratos e negócios plurilaterais	50
1.7. Alguns dos desafios da LACP: contratos administrativos	52
1.8. Alguns dos desafios da LACP: contratos relacionais, relações jurídicas multipolares e redes contratuais	56
1.9. <i>Remedies precede rights</i> : a constituição de direitos pelo processo	63
1.10. A LACP e a hermenêutica concretizadora dos processos coletivos	68
1.11. A aplicabilidade da LACP para concessão de qualquer forma de tutela e a importância da técnica antecipatória	71
1.12. Danos, ato ilícito e abuso de direito	76
1.13. Atos ofensivos à moralidade pública ou privada, dano moral e a tutela coletiva	81
1.14. Dano moral coletivo e dano social	87
1.15. A proteção do patrimônio público como proibidade administrativa	98
1.16. Proteção do patrimônio público: direito financeiro	101

1.17. Proteção do patrimônio público: direito financeiro e a reserva do possível.....	104
1.18. Proteção do patrimônio público: direito real administrativo e os bens públicos.....	109
1.19. Proteção do “patrimônio público e social”.....	114
1.20. Proteção do patrimônio público: dispensa e inexigibilidade de licitação.....	116
1.21. Proteção do patrimônio público e a “prescrição da ação civil pública”	120
1.22. LACP, serviços públicos, ordem judicial para licitar, prorrogações e licitações.....	125
1.23. Contrato administrativo nulo: vedação ao enriquecimento sem causa da Administração e seus limites	130
1.24. Lesão ao patrimônio público e a “relativização da coisa julgada” por meio de ACP	133
1.25. Proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado	143
1.26. Proteção do meio ambiente e os princípios do direito ambiental.....	147
1.27. Proteção do meio ambiente, princípio da precaução e desenvolvimento nacional sustentável.....	151
1.28. Danos ao meio ambiente e responsabilidade objetiva.....	155
1.29. Proteção do meio ambiente, licitações e contratos administrativos	159
1.30. Proteção do consumidor: a LACP e o desafio dos contratos de consumo ...	160
1.31. A LACP e o direito à cultura: proteção a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico	164
1.32. Direito à cultura, proteção do patrimônio público e tombamento.....	168
1.33. Proteção da ordem urbanística.....	173
1.34. Proteção de quaisquer interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.....	176
1.35. Proteção de direitos individuais homogêneos, procedimento bifásico e sentença condenatória genérica.....	182
1.36. Infrações e danos à ordem econômica.....	186
1.37. A proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos	192
1.38. LACP, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa Idosa	193
1.39. Proteção da pessoa com deficiência.....	197
1.40. ACP e controle de constitucionalidade.....	200

1.41.	ACP e controle de leis anteriores incompatíveis com a Constituição	202
1.42.	A proibição quanto a tributos, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos	203
1.43.	ACP e acordos em regimes tributários especiais.....	207
1.44.	ACP e o <i>habeas corpus</i> (coletivo)	207
1.45.	ACP vs. ADPF e o sistema prisional	211

ART. 2.º

2.1.	O “dano” e o foro de propositura da ação.....	215
2.2.	Os critérios constitucionais de determinação da competência: “justiça especializada” vs. “justiça comum” e Justiça Federal vs. Justiça Estadual	217
2.3.	A “competência funcional”: competência territorial absoluta.....	219
2.4.	Competência absoluta e “dano multilocal”	221
2.5.	Competência territorial absoluta e dimensão geográfica do dano: o art. 93 do CDC.....	222
2.6.	Competência originária do STF: causas e conflitos interfederativos.....	226
2.7.	A falta de competência originária dos tribunais para ações civis públicas contra autoridades (a inexistência de prerrogativa de foro)	227
2.8.	Um <i>hard case</i> de definição de competência: transferência de verbas federais	229
2.9.	Legislação especial.....	233
2.10.	A fixação convencional da competência para ações civis públicas.....	234
2.11.	Conexão, continência e prevenção: as especificidades das ações coletivas	235
2.12.	Conexão, reunião de processos coletivos e os §§ 2.º e 3.º do art. 55 do CPC	239
2.13.	Conexão entre ação coletiva e ação individual?	240
2.14.	A litispendência quanto a ações coletivas	242
2.15.	Ausência de litispendência com ações penais.....	244

ART. 3.º

3.1.	A aparente vocação da ACP: reparação de danos	245
3.2.	As necessidades impostas pelo direito material e ACP contra o ilícito, independentemente da ocorrência de danos	247

3.3.	As formas de tutela do direito veiculáveis por ACP	250
3.4.	O objeto da ACP: “condenação em dinheiro”, “obrigação de fazer” e “obrigação de não fazer”	253
3.5.	A conjunção “ou” contemplada neste artigo	259
3.6.	Atos contrários à proteção do meio ambiente, danos ambientais e a “cumulação de obrigações” (fazer, não fazer e indenizar).....	260
3.7.	A cumulação de pedidos em ACP.....	262
3.8.	A cumulação de pedidos referentes a direitos transindividuais e individuais homogêneos	267
3.9.	Cumulação de pedidos e o “julgamento antecipado parcial do mérito” ...	268
3.10.	ACP, controle de políticas públicas e deferência	269
3.11.	A ACP, políticas públicas e as reformas-construções estruturais.....	279
3.12.	Princípio da demanda e estabilização do objeto do processo no processo coletivo, inclusive estrutural.....	284
3.13.	O perfil coletivo-estrutural da ADPF e diálogos com a ACP	287

ART. 4.º

4.1.	Alterações legislativas	293
4.2.	Tutela cautelar e antecipação de tutela.....	294
4.3.	Tutela cautelar, tutela inibitória e tutela de remoção de ilícito	297
4.4.	As “medidas cautelares nominadas” e as ações coletivas	300
4.5.	A legitimidade <i>ad causam</i> para a cautelar	301
4.6.	O atual regime das medidas cautelares nas ações coletivas	302
4.7.	Medidas cautelares e responsabilidade pela concessão indevida	303
4.8.	Medidas “cautelares” sobre prova e o CPC atual	305

ART. 5.º

5.1.	As condições da ação e o CPC/2015	308
5.2.	A ACP e as condições da ação	311
5.3.	A ACP e a prevalência do exame do mérito	313
5.4.	A ACP e a possibilidade jurídica do pedido	315
5.5.	A ACP e o interesse processual.....	316

5.6.	A ACP e a legitimidade para postulação de tutela de direitos coletivos ou de massa.....	319
5.7.	Legitimados coletivos, fins institucionais e falta de interesse	321
5.8.	A comunicação entre o art. 5.º da LACP e o art. 82 do CDC.....	322
5.9.	Outras fontes de legitimação: indígenas, sindicatos, partidos políticos, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, investidores no mercado de valores mobiliários.....	324
5.10.	A ACP e a legitimação extraordinária concorrente e disjuntiva	327
5.11.	ACP, legitimação extraordinária e litisconsórcio entre os colegitimados.....	329
5.12.	ACP, legitimação extraordinária e assistência	331
5.13.	ACP e a participação de titulares dos direitos individuais homogêneos.....	334
5.14.	ACP, pluralidade de interesses e o <i>amicus curiae</i>	335
5.15.	A missão constitucional do Ministério Público	337
5.16.	A legitimidade do Ministério Público	341
5.17.	A legitimidade do Ministério Público e os direitos individuais homogêneos.....	343
5.18.	O Ministério Público, a defesa do “patrimônio público e social” e seus limites.....	351
5.19.	Ministério Público e os princípios da unidade, indivisibilidade e interdependência funcional.....	354
5.20.	Ministério Público como custos iuris: dever de intimação.....	356
5.21.	Ministério Público como custos iuris e a duplicidade de órgãos.....	357
5.22.	Legitimidade concorrente do Ministério Público Estadual e Federal	358
5.23.	A organização interna do Ministério Público e a atribuição para ajuizamento da ACP.....	360
5.24.	A legitimidade do Ministério Público do Trabalho	362
5.25.	A missão constitucional da Defensoria Pública	366
5.26.	Defensoria Pública e mandado de segurança coletivo	371
5.27.	A contagem de prazos para Ministério Público e Defensoria Pública	373
5.28.	A legitimidade da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.....	374
5.29.	A legitimidade de autarquia, fundação, empresa pública e sociedade de economia mista.....	377
5.30.	A legitimidade da OAB.....	379

5.31. A legitimidade de órgãos despersonalizados.....	381
5.32. A legitimidade das associações.....	382
5.33. A (des)necessidade de autorização dos associados.....	385
5.34. A legitimidade de sindicatos e a autorização dos sindicalizados.....	390
5.35. Polo passivo da ACP, reconvenção e ação rescisória contra a coletividade ou o grupo.....	392
5.36. Polo passivo da ACP, litisconsórcio e coletivização passiva.....	399
5.37. ACP e denunciação da lide.....	405
5.38. Desistência infundada e abandono da ACP.....	407
5.39. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	409
5.40. O TAC como título executivo.....	416
5.41. O TAC e a ACP.....	419
5.42. O TAC, sua blindagem e seus limites.....	421

ART. 6.º

6.1. Faculdade e dever: a regra dirigida à generalidade das pessoas e a dirigida aos servidores públicos.....	427
6.2. A faculdade outorgada às pessoas em geral.....	428
6.3. Servidores públicos e a relação administrativa especial.....	429
6.4. Distinções entre dever, obrigação e ônus: a norma dirigida aos servidores públicos.....	430
6.5. Dever jurídico sem sanção pelo descumprimento?.....	431
6.6. As possíveis sanções decorrentes da infração ao dever jurídico do art. 6.º.....	433
6.7. A função secundária do art. 6.º: proteção ao servidor que denuncie.....	434

ART. 7.º

7.1. Juízes como servidores públicos em sentido amplo.....	435
7.2. O destinatário da norma em questão: a “instituição” Poder Judiciário.....	435
7.3. Remessa de peças e remessa dos autos.....	436
7.4. Dever de comunicação e o CPC/2015.....	437
7.5. Dever do réu de informar a existência de demandas repetitivas.....	439

ART. 8.º

8.1.	O direito fundamental de acesso a informações públicas e de obtenção de certidões	441
8.2.	A Lei de Acesso à Informação.....	444
8.3.	O “poder” de requisição e o controle da prerrogativa de solicitar informações.....	446
8.4.	Assimetria informacional e dever de prestar informação: relevância para a LACP	448
8.5.	O inquérito civil.....	449
8.6.	Inquérito civil, contraditório e provas	451
8.7.	O inquérito civil e a Resolução CNMP 23/2007	457
8.8.	O inquérito civil e o princípio da publicidade.....	461
8.9.	Inquérito civil, justiça especializada e atribuições do Ministério Público....	463
8.10.	A possibilidade de edição de recomendação administrativa.....	464
8.11.	A expedição de recomendação administrativa e a Resolução CNMP 164/2017	468
8.12.	As outras espécies de procedimentos cíveis instaurados pelo Ministério Público: notícia de fato e procedimento administrativo	470

ART. 9.º

9.1.	O âmbito de aplicação do dispositivo: procedimentos cíveis	473
9.2.	O arquivamento por ausência de “justa causa”	474
9.3.	O arquivamento como consequência da realização da tutela do direito	475
9.4.	O arquivamento e as hipóteses de decadência do direito ou prescrição da pretensão.....	476
9.5.	Arquivamento, improbidade administrativa e o princípio da insignificância.....	479
9.6.	O rito do arquivamento	483
9.7.	A preservação da independência funcional do membro do Ministério Público	484
9.8.	A parcial promoção de arquivamento	485
9.9.	Os efeitos do arquivamento do inquérito civil	486
9.10.	O arquivamento das outras modalidades de procedimentos instaurados pelo Ministério Público: notícia de fato e procedimento administrativo.....	486

ART. 10.

10.1. O bem jurídico tutelado pelo tipo penal	489
10.2. Tipo objetivo	490
10.3. Tipo subjetivo	494
10.4. Consumação e tentativa.....	495
10.5. O acordo de não persecução penal (ANPP) e a suspensão condicional do processo	496
10.6. Sujeito ativo e sujeito passivo.....	497
10.7. O conflito aparente de normas penais	497

ART. 11.

11.1. A preferência pela tutela específica	499
11.2. “Execução específica” e “multa diária”: a atipicidade dos meios executivos.....	500
11.3. A atipicidade dos meios executivos e as prestações pecuniárias.....	503
11.4. Fungibilidade das técnicas executivas em geral e plasticidade da implementação das decisões em processos estruturais	504
11.5. A atipicidade dos meios executivos e os deveres instrumentais	506
11.6. A natureza da multa prevista no dispositivo.....	508
11.7. Emprego <i>ex officio</i> da multa ou outra técnica executiva	509
11.8. Multa exorbitante ou irrisória.....	510
11.9. O sujeito passivo da multa.....	513
11.10. Cominação da multa: obrigatoriedade vs. faculdade.....	515
11.11. O destinatário dos valores decorrentes da aplicação da multa.....	517
11.12. A cobrança do valor da multa: necessidade de procedimento de execução?.....	518
11.13. A cobrança do valor da multa e a Súmula 410 do STJ.....	521
11.14. Multa coercitiva e ação coletiva em matéria de saúde – recurso repetitivo 1.474.665/RS.....	523

ART. 12.

12.1. Mandado liminar: natureza cautelar ou satisfativa	525
---	-----

12.2. Requisitos para concessão da liminar de urgência: a probabilidade e o perigo	526
12.3. Perigo de irreversibilidade.....	528
12.4. Improbidade administrativa, indisponibilidade de bens e perigo de dano.....	528
12.5. A exigência de requerimento da parte.....	531
12.6. Fungibilidade e plasticidade da medida de urgência.....	533
12.7. Decisão inaudita altera parte e justificação prévia	534
12.8. Tutela antecipada coletiva requerida em caráter antecedente	536
12.9. Tutela coletiva de evidência.....	538
12.10. Liminar em litígios coletivos pela posse de imóveis	539
12.11. Liminares contra o Poder Público.....	540
12.12. LACP, liminares e prazo para cumprimento da ordem judicial.....	544
12.13. Recorribilidade da decisão que aprecia o pedido de liminar.....	544
12.14. Reforma <i>vs.</i> suspensão da decisão liminar: agravo de instrumento e pedido de suspensão	546
12.15. O pedido de suspensão: cabimento.....	547
12.16. O pedido de suspensão: legitimidade ativa.....	548
12.17. O pedido de suspensão: prazo, competência e procedimento.....	549
12.18. Atipicidade dos meios executivos para atuação da liminar	550
12.19. A exigibilidade da multa prevista no dispositivo	551
12.20. A cogitação sobre as consequências do deferimento da liminar contra o Poder Público e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	553
12.21. Liminares de âmbito nacional.....	554

ART. 13.

13.1. A origem dos valores destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos	557
13.2. A destinação de valores relativos à condenação por lesão ao patrimônio público em sentido estrito	559
13.3. A inspiração para criação do fundo: <i>fluid recovery</i>	560
13.4. A “concorrência” do Fundo de Defesa de Direitos Difusos com outros fundos	560

13.5. O processo coletivo-estrutural e a destinação do valor da multa	562
13.6. A destinação dos valores recolhidos ao fundo	564
13.7. O uso dos valores recolhidos ao Fundo para programas educacionais, execução de atividades de competência da Administração Pública e custeio de perícias	568
13.8. O conselho gestor do fundo e a cogestão com o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial	570
13.9. A previsão da Resolução CNMP 179/2017	570

ART. 14.

14.1. Recursos no sistema da ação civil pública.....	573
14.2. Regra geral: cumprimento imediato das decisões.....	573
14.3. Cumprimento provisório da decisão proferida em ação civil pública	574
14.4. “Dano irreparável” para a outorga de efeito suspensivo aos recursos	577
14.5. Modulação do efeito suspensivo <i>ope iudicis</i>	578
14.6. Desistência de recursos e renúncia ao direito de recorrer em ações coletivas.....	579
14.7. Reexame necessário.....	579
14.8. Efeito suspensivo em apelação.....	580
14.9. Efeito suspensivo em recurso especial e recurso extraordinário.....	581
14.10. O efeito suspensivo dos recursos vs. a suspensão de liminar e de decisão final.....	581

ART. 15.

15.1. O cumprimento de sentença na LACP	584
15.2. Efetivação de sentenças sobre direitos difusos e coletivos	584
15.3. Cumprimento de sentenças coletivas a respeito de direitos individuais homogêneos	584
15.4. Execução, direitos transindividuais e condenação certa	586
15.5. Execução, direitos individuais homogêneos e condenação genérica.....	586
15.6. Legitimidade ativa para o cumprimento de título judicial coletivo.....	589
15.7. Legitimidade ativa para o cumprimento de outros títulos judiciais	592

15.8. Cumprimento por iniciativa dos legitimados coletivos, direitos individuais homogêneos e o prazo de um ano.....	592
15.9. Execução por sindicatos e dispensa de autorização.....	595
15.10. Execução individual e dispensa de vínculo com a entidade associativa, inclusive sindical, ou autorização à sua anterior atuação em juízo.....	596
15.11. Execução individual, legitimidade da Defensoria Pública para a ACP e exequente não hipossuficiente.....	602
15.12. Execução e legitimidade ativa em TACs.....	607
15.13. Execução de decisões do Tribunal de Contas e legitimidade do Ministério Público.....	608
15.14. Execução e legitimidade passiva.....	609
15.15. Competência para liquidações e execuções individuais da decisão coletiva...	611
15.16. Execução individual e prazo prescricional.....	616
15.17. Discussão sobre a legitimidade para execução coletiva e o prazo para execução individual.....	621
15.18. Execução individual contra a Fazenda Pública e interrupção do prazo prescricional.....	624
15.19. Execução individual e honorários advocatícios.....	625
15.20. Execução individual e termo inicial dos juros de mora.....	628
15.21. Execução individual, condenação genérica e a multa de 10% do art. 523, § 1.º, do CPC.....	630
15.22. Execução individual e a vedação do art. 100, § 8.º, da Constituição – ARE 925.754-RG/PR.....	632
15.23. Conversão das ações individuais em liquidação e execução da decisão coletiva genérica.....	633
15.24. Inadequação da via do mandado de segurança para cumprimento individual de TAC ou decisão coletiva.....	635
15.25. Liquidação/execução individual: não inclusão de verbas não constantes da condenação genérica – REsp 1.392.245/DF e 1.372.688/SP.....	636
15.26. Execução individual da decisão coletiva: necessidade de prévia liquidação vs. cálculos aritméticos.....	638
15.27. Ausência de interrupção ou suspensão do prazo prescricional para cumprimento em razão de demora ou dificuldade no fornecimento de fichas financeiras – REsp 1.336.026/PE.....	641

15.28. RE 612.043/PR: discussão alheia ao processo coletivo.....	643
15.29. RE 612.043/PR, sua aplicação pelo STJ e o Tema Repetitivo 948	647

ART. 16.

16.1. Panorama da coisa julgada nas ações coletivas.....	651
16.2. Eficácia da decisão vs. coisa julgada.....	655
16.3. Redação dada pela Lei 9.494/1997: eficácia da decisão, competência territorial do órgão prolator e o foro para ajuizamento das execuções individuais	656
16.4. Os diferentes entendimentos do STJ quanto à “coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator”	658
16.5. Inconstitucionalidade da limitação territorial inserida pela Lei 9.494/1997 e sua declaração pelo STF (Tema 1.075/RG)	664
16.6. A insubsistência da limitação territorial e reafirmação das regras de competência do art. 93 do CDC.....	670
16.7. Direitos individuais homogêneos e coisa julgada para os legitimados coletivos – REsp 1.302.596/SP	673
16.8. Direitos individuais homogêneos: da coisa julgada à isonomia.....	674
16.9. Aproveitamento da “coisa julgada erga omnes” no processo individual e a exigência de prévia suspensão (art. 104 do CDC).....	676
16.10. Mandado de segurança, direitos individuais homogêneos e coisa julgada	681
16.11. Coisa julgada, improcedência por insuficiência de provas e direitos individuais homogêneos – REsp 1.302.596/SP.....	686
16.12. Formação de coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	690
16.13. Mandado de segurança e improcedência por falta de provas.....	693
16.14. O transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada: da coisa julgada sobre pretensão à coisa julgada sobre questão	693
16.15. Coisa julgada e improbidade administrativa	696
16.16. Art. 104 do CDC e exclusão do grupo em razão de transação administrativa individual	699
16.17. Art. 104 do CDC: aproveitamento da interrupção da prescrição pela ação coletiva e a exigência de prévia suspensão	700

16.18. Afastamento da limitação territorial da Lei 9.494/1997 pelo STJ: EREsp 1.134.957/SP	706
16.19. Reiteração do afastamento da limitação territorial: EREsp 1.134.957/SP e decisões posteriores.....	709
16.20. Afastamento da limitação territorial: “coisa julgada <i>erga omnes</i> ” e direito fundamental à saúde	712
16.21. Afastamento da limitação territorial e falta de delimitação expressa da abrangência da decisão coletiva.....	718
16.22. RE 612.043/PR: discussão alheia à limitação territorial de decisão coletiva	721

ART. 17.

17.1. A presunção de boa-fé da litigância	725
17.2. A litigância de má-fé e a LACP.....	726
17.3. O diálogo entre o art. 17 da LACP, o art. 80 do CPC e o art. 28 da LINDB.....	727
17.4. A natureza jurídica da condenação, a sanção processual e o contraditório prévio	728

ART. 18.

18.1. Dispensa do adiantamento de custas: exclusividade da parte autora e aplicabilidade a qualquer legitimado coletivo	731
18.2. Dispensa do adiantamento e despesas dos auxiliares do juízo.....	732
18.3. Isenção de despesas e execução individual de sentença coletiva	734
18.4. Os benefícios da justiça gratuita e a pessoa jurídica.....	734
18.5. Isenção de “taxas judiciárias”	735
18.6. Fixação de honorários de sucumbência em favor do Ministério Público	735
18.7. Honorários advocatícios e simetria.....	736
18.8. Os ônus da demanda e a comprovada má-fé	737

ART. 19.

19.1. O CPC como “legislação residual”	739
19.2. “Tutela provisória” em ação civil pública	741

19.3. Aplicação do art. 19 à ação de improbidade administrativa.....	741
19.4. CPC e prova emprestada em ACP.....	742
19.5. CPC e atos instrutórios concertados.....	744
19.6. A prova indiciária e a prova estatística ou por amostragem no processo coletivo.....	745
19.7. ACP, procedimento comum e a necessidade de adequação procedimental ao caso concreto	746

ART. 20.

20.1. A regulamentação do fundo de direitos difusos.....	749
20.2. Outros fundos	750

ART. 21.

21.1. O CDC e sua harmonização com a LACP	751
21.2. A interpretação no microsistema e a maior efetividade da tutela coletiva.....	752
21.3. A redação ampliativa dos direitos protegidos pela LACP.....	754
21.4. O CDC e os direitos individuais homogêneos.....	755
21.5. Os direitos individuais homogêneos e sua “relevância social”	756
21.6. O CDC e a invalidação de cláusulas contratuais	757
21.7. O CDC e a distribuição do ônus da prova	757

ART. 22.

22.1. Aplicabilidade imediata de novas normas processuais.....	761
22.2. LIA e fatos anteriores à tipificação das condutas ímprobas	762

ART. 23.

23.1. Carência de boa técnica legislativa.....	763
--	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	765
--	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	783
--	------------

AUTORES.....	795
---------------------	------------